

RELATÓRIO FINANCEIRO E CONTAS (Proposta)

2022

*Terras Dentro – Associação para o Desenvolvimento Integrado
Entidade Declarada de Utilidade Pública
Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD)
Entidade equiparada a Organização Não Governamental de Ambiente (ONGA)
Entidade Formadora Acreditada pela DGERT
Entidade equiparada a IPSS*

Índice

Introdução.....	3
Parte I - Análise Financeira	4
Fontes de Financiamento	
Projetos em Execução	
Projetos Concluídos	
Parte II - Demonstrações Financeiras.....	8
Balanço.....	8
Demonstração dos resultados por naturezas.....	9
Demonstração individual de fluxos de caixa.....	10
Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais.....	11
Parte III – Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados.....	12

INTRODUÇÃO

Apesar do ano 2022 ter sido um ano de retoma do funcionamento normal do país e das instituições, após uma situação pandémica que nos trouxe situações muito difíceis a todos os níveis, sobretudo do ponto de vista social e económico, iniciámos um novo contexto desafiante derivado da guerra na Ucrânia.

Esta conjuntura política associada à transição de quadro comunitário, tem fortes repercussões na vida de todos nós e também nas organizações do 3º setor onde se enquadra o funcionamento da Terras Dentro. Ainda assim a Terras Dentro conseguiu em 2022 manter o equilíbrio financeiro até final do ano, em parte com recurso a algum apoio bancário para fazer face a constrangimentos de tesouraria derivados de alguns atrasos nos reembolsos dos projetos.

Em 2022 concluímos apenas dois projetos:

- ERASMUS +KA2;
- Projeto Gente Rija do Programa Bairros Saudáveis.

É de referir que estava previsto em candidatura a conclusão de 6 projetos, os 4 CLDS's, nomeadamente o CLDS de Viana do Alentejo - Rumo Certo, o CLDS de Alvito - Vita9, o CLDS de Cuba - Cuba ConVida e o CLDS de Vidigueira - Futuro Activo e os 2 Projetos Escolhas 8ª Geração, designadamente o Monte Dentro para o concelho de Montemor-o-Novo e o Cresce e Aparece para os concelhos de Cuba, Alvito e Vidigueira, mas por decisão das entidades gestoras dos programas financiadores, estes foram prorrogados por mais 6 meses, passando assim o término previsto para junho de 2023.

Assim sendo, a Terras Dentro está em condições de continuar a desenvolver um trabalho de promoção do desenvolvimento integrado, utilizando os projetos como instrumentos para o investimento e valorização social e económica dos territórios onde intervém, perfeitamente enquadrado na sua missão e naquilo que são os seus princípios e valores, sempre assente numa lógica de profissionalismo e eficácia.

Tudo isto se reflete nas contas e análise financeira que se apresenta neste relatório e que é constituído por duas partes:

Parte I – Análise financeira com apresentação das principais fontes de financiamento da associação e seus projetos;

Parte II – Demonstrações financeiras, balanço, demonstração de resultados e respetivos anexos.

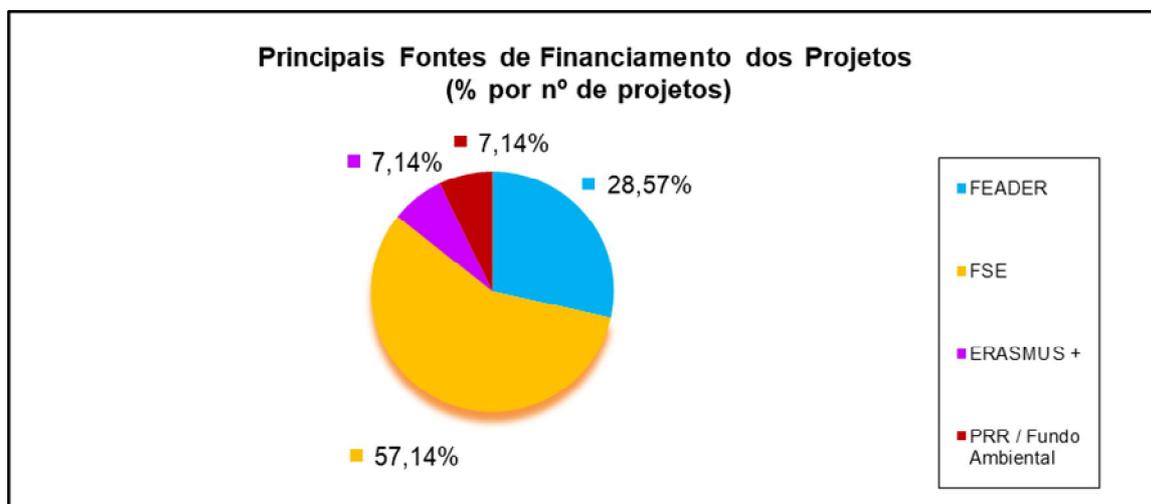
Parte III – Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados

Parte I - Análise Financeira

Fontes de Financiamento:

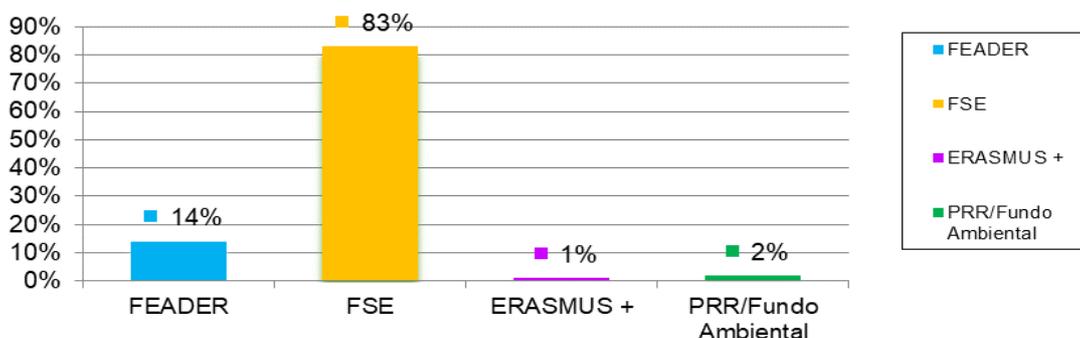
O quadro e os gráficos seguintes evidenciam o nº de projetos cofinanciados, a diversidade de programas e respetivas fontes de financiamento em 2022.

Projeto	Programa	Fonte de Financiamento	Taxa de Co Financiamento
DLBC /Medida LEADER PDR2020 - 10.4.1 – Custos de Funcionamento e Animação-2ª Fase	PDR 2020	FEADER	100%
Cooperação – Medida 10.3 PDR 2020 – Include/Rotas sem Barreiras	PDR 2020	FEADER	90%
Cooperação – Medida 10.3 PDR 2020 – Montado-Conservação e Valorização	PDR 2020	FEADER	90%
Cooperação – Medida 10.3 PDR 2020 – Turismo Fora D’Horas	PDR 2020	FEADER	90%
Monte Dentro E8G - Montemor-o-Novo	Escolhas	FSE	100%
Cresce e Aparece E8G – Cuba, Alvito e Vidigueira	Escolhas	FSE	100%
VALOR- Valorizar o Alentejo e as Organizações	ALENTEJO 2020	FSE	100%
Mediadores Interculturais	ALENTEJO 2020	FSE	100%
CLDS 4G Viana do Alentejo	POISE	FSE	100%
CLDS 4G Alvito	POISE	FSE	100%
CLDS 4G Cuba	POISE	FSE	100%
CLDS 4G Vidigueira	POISE	FSE	100%
Gente Rija	Bairros Saudáveis	PRR / Fundo Ambiental	100%
Erasmus + KA2	Erasmus +	Erasmus +	100%



Como se pode verificar as principais fontes de financiamento dos projetos da Terras Dentro em 2022 foram o FSE com 57,14% e o FEADER com 28,57% do total dos projetos.

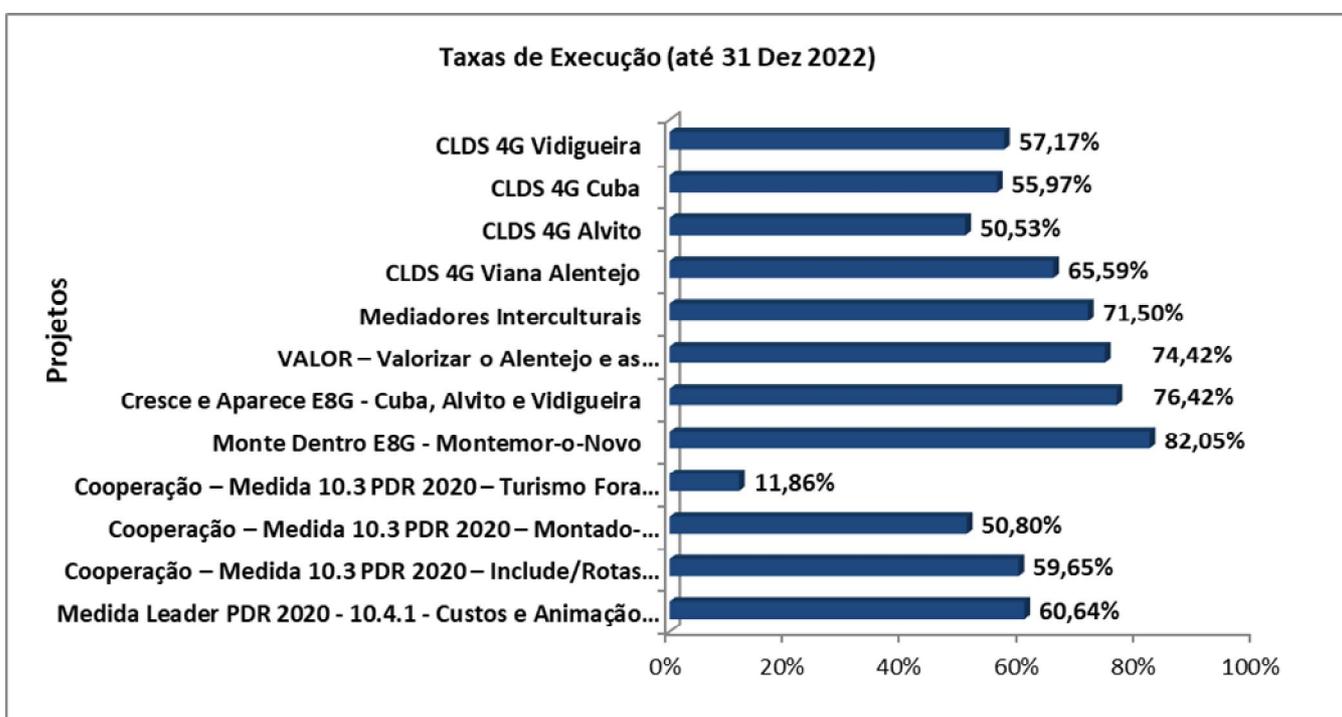
Principais Fontes de Financiamento dos Projetos (€ por volume financeiro)



De acordo com o gráfico anterior, a principal fonte de financiamento da Terras Dentro em termos de volume financeiro foi o FSE com 83%.

Taxas de Execução Acumuladas dos Projetos em 2022

Este gráfico reflete as taxas de execução acumuladas de todos os projetos iniciados e em execução em 2022 com exceção dos projetos que finalizaram e que serão apresentados mais à frente.



CLDS 4G Vidigueira/PO ISE/ISS– teve o seu início a 22 de outubro de 2019, e o seu término foi prorrogado até 30 de junho de 2023. Apresenta uma taxa de execução financeira de 57,17%.

CLDS 4G Cuba/ PO ISE/ISS – teve o seu início a 22 de outubro de 2019, e o seu término foi prorrogado até 30 de junho de 2023. Apresenta uma taxa de execução financeira de 55,97%.

CLDS 4G Alvito/ PO ISE/ISS – teve o seu início a 22 de outubro de 2019, e o seu término foi prorrogado até 30 de junho de 2023. Apresenta uma taxa de execução financeira de 50,53%.

CLDS 4G Viana do Alentejo/PO ISE/ISS – iniciou em setembro de 2019, e o seu término foi prorrogado até 30 de junho de 2023. Apresenta uma taxa de execução financeira de 65,59%.

Mediadores interculturais/ACM – este projeto é desenvolvido em parceria com o Município de Alvito e teve o seu início efetivo em novembro de 2021 e também viu o seu término prorrogado até abril de 2023. O promotor é o Município de Alvito e a Terras Dentro entidade parceira com a responsabilidade de contratar e acompanhar o trabalho de um mediador de etnia cigana no Concelho de Alvito. Assim a 31 de dezembro de 2022 a taxa de execução é de 71,50%.

VALOR – Valorizar o Alentejo e as Organizações/Alentejo 2020 – teve o seu início a 1 de junho de 2021 e terminará a 30 de junho de 2023. Apresenta em 31 de dezembro de 2022 uma taxa de execução de 74,42%. Uma execução totalmente conforme com o que estava previsto em candidatura.

Cresce e Aparece E8G de Cuba, Alvito e Vidigueira/Escolhas 8G – teve início em abril de 2021 e foi prorrogado por mais 6 meses, ou seja, terá o seu término em junho de 2023. Apresenta à data de 31 de dezembro de 2022 uma taxa de execução acumulada de 76,42%, inferior ao previsto, uma vez que estes projetos Escolhas foram alguns dos que mais se ressentiram em termos de execução financeira com a situação de pandemia. Houve atividades que tiveram de ser obrigatoriamente canceladas e substituídas por outras com custos muito inferiores ao orçamentado e aprovado. No entanto relativamente à execução física e aos objetivos previstos em candidatura e tendo em conta as adaptações feitas ao nível das atividades, esta foi cumprida na totalidade até superando as metas em algumas atividades.

Monte Dentro E8G de Montemor-o-Novo/Escolhas 8G - iniciou igualmente em abril de 2021 e terminará em junho de 2023, tal como o projeto anterior, foi prorrogado por mais 6 meses. Apresenta à data de 31 de dezembro de 2022 uma taxa de execução financeira acumulada de 82,05%, também abaixo do previsto, pelos mesmos motivos explicados no projeto anterior. E também neste projeto a execução física e os objetivos previstos em candidatura e tendo em conta as adaptações feitas ao nível das atividades, a execução foi cumprida na totalidade e superando as metas em algumas delas.

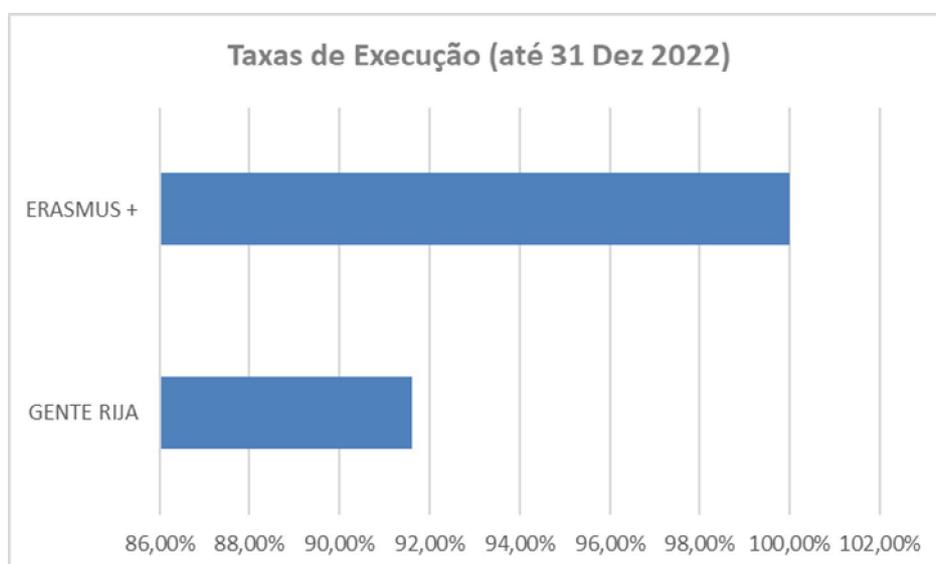
Medida LEADER PDR2020 - 10.3 – Cooperação – Turismo Fora D’Horas– iniciou a 1 de outubro de 2021 e terá o seu término previsto para 30 de junho de 2024. Apresenta uma taxa de execução a 31 de dezembro de 2022 de 11,86%. Este projeto é desenvolvido em parceria com os GAL Vicentina e ESDIME, sendo que o GAL VICENTINA é o responsável pela sua coordenação.

Medida LEADER PDR2020 - 10.3 – Cooperação – Montado-Conservação e Valorização – iniciou a 1 de outubro de 2021 e terminará a 31 de março de 2023. Apresenta uma taxa de execução a 31 de dezembro de 2022 de 50,80%. É um projeto desenvolvido em parceria com várias entidades nacionais e internacionais, sendo a Terras Dentro a entidade promotora.

Medida LEADER PDR2020 - 10.3 – Cooperação – Include / Rotas sem Barreiras – iniciou a 1 de outubro de 2021 e terminará a 31 de março de 2023. Apresenta uma taxa de execução a 31 de dezembro de 2022 de 59,65%. Trata-se de mais um projeto em cooperação com várias entidades nacionais e internacionais, e a Terras Dentro é a promotora.

Medida LEADER PDR2020 – 10.4.1 – 2ª Fase – Custos de Funcionamento e animação – iniciou a 1 de janeiro de 2022 e terminará a 31 de dezembro de 2023. Apresenta uma taxa. Esta medida contempla unicamente os custos com a equipa técnica local (ETL), com atividades de animação e custos de funcionamento. Apresenta à data de 31 de dezembro de 2022 uma taxa de execução financeira acumulada dentro do expeável 60,64%. É de referir que a verba restante da 1ª fase a transitar para esta 2ª fase ira ser reposta por um PALT e o mesmo está previsto para o primeiro semestre de 2023.

Taxas de Execução dos Projetos Concluídos em 2022



ERASMUS + KA2 – este projeto iniciou formalmente em dezembro 2019, mas começou a sua intervenção efetivamente em janeiro de 2020 e o seu final foi a 31 de dezembro de 2022. Trata-se de um projeto vocacionado para a criação de instrumentos e metodologias de motivação para estudantes e professores/as com vista a combater o absentismo e falta de sucesso escolar e potenciar as escolhas referentes ao mercado de trabalho. Foi executado a 100% quer fisicamente quer financeiramente, esta taxa é superior ao que era expeável sobretudo em anos de contexto de pandemia e tendo em conta que se tratava de um projeto internacional muito sustentado em encontros transnacionais.

GENTE RIJA/Bairros Saudáveis - teve o seu início a 01 outubro de 2021 e terminará a 31 de dezembro de 2022. Apresenta uma taxa de execução financeira de 91,61% em 31 de dezembro de 2022.

Parte II – Demonstrações Financeiras

BALANÇO em 31 de Dezembro de 2022

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2022	31-12-2021
ATIVO			
<i>Ativo não corrente</i>			
Ativos fixos tangíveis	5	8 096,52 €	18 403,09 €
Bens do património histórico e cultural		0,00 €	0,00 €
Propriedades de investimento	6	0,00 €	0,00 €
Ativos intangíveis	7	1 248 242,16 €	1 248 242,16 €
Investimentos Financeiros	23	33 330,95 €	35 645,96 €
Fundadores/benem./Patroc./Doad./Assoc./Membros		0,00 €	0,00 €
		1 289 669,63 €	1 302 291,21 €
<i>Ativo corrente</i>			
Inventários		0,00 €	0,00 €
Clientes	9	13 467,24 €	8 267,24 €
Adiantamentos a fornecedores		0,00 €	0,00 €
Estado e outros entes públicos	10	0,00 €	0,00 €
Fundadores/benem./Patroc./Doad./Assoc./Membros		0,00 €	0,00 €
Outras contas a receber	11	201 615,77 €	161 119,42 €
Diferimentos	12	0,00 €	0,00 €
Caixa e depósitos bancários	4	66 053,20 €	151 365,57 €
		281 136,21 €	320 752,23 €
Total do Ativo		1 570 805,84 €	1 623 043,44 €
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	13	568,63 €	568,63 €
Excedentes Técnicos		0,00 €	0,00 €
Reservas		0,00 €	0,00 €
Resultados transitados	13	-222 043,38 €	-225 199,48 €
Excedentes de Revalorização		0,00 €	0,00 €
Outras variações nos fundos patrimoniais	13	690 616,62 €	690 616,62 €
		469 141,87 €	465 985,77 €
Resultado líquido do período		10 282,77 €	3 156,10 €
Total do fundo de capital		479 424,64 €	469 141,87 €
Passivo			
<i>Passivo não corrente</i>			
Provisões		0,00 €	0,00 €
Financiamentos obtidos	14	48 956,96 €	48 956,96 €
Outras contas a pagar	16	739 753,43 €	750 466,89 €
		788 710,39 €	799 423,85 €
<i>Passivo corrente</i>			
Fornecedores	15	3 466,10 €	7 955,75 €
Adiantamentos de clientes		0,00 €	0,00 €
Estado e outros entes públicos	10	17 195,63 €	18 004,90 €
Acionistas/sócios		0,00 €	0,00 €
Fundadores/benem./Patroc./Doad./Assoc./Membros		0,00 €	0,00 €
Financiamentos obtidos	14	153 206,92 €	135 500,00 €
Diferimentos	12	128 802,16 €	193 017,07 €
Outras contas a pagar	16	0,00 €	0,00 €
Outros passivos financeiros		0,00 €	0,00 €
		302 670,81 €	354 477,72 €
Total do Passivo		1 091 381,20 €	1 153 901,57 €
Total do Capital próprio e do passivo		1 570 805,84 €	1 623 043,44 €

(1) -> O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA
Período Findo em 31 de Dezembro 2022

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados		0,00 €	0,00 €
Subsídios, doações e legados à exploração	18	833 481,06 €	710 926,65 €
Estado e Outros Entes Públicos		830 534,28 €	703 398,59 €
Outros		2 946,78 €	7 528,06 €
Variação nos inventários da produção		0,00 €	0,00 €
Trabalhos para a própria entidade		0,00 €	0,00 €
Custo das merc. vendidas e das matérias consumidas		0,00 €	0,00 €
Fornecimentos e serviços externos	19	-280 016,00 €	-148 182,77 €
Gastos com o pessoal	20	-578 905,50 €	-570 862,00 €
Ajustamentos de inventários (perdas / reversões)		0,00 €	0,00 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)		0,00 €	0,00 €
Provisões (aumentos / reduções)		0,00 €	0,00 €
Provisões específicas (aumentos / reduções)		0,00 €	0,00 €
Outras imparidades (perdas / reversões)		0,00 €	0,00 €
Aumentos / Reduções de justo valor	23	0,00 €	0,00 €
Outros rendimentos e ganhos	21	103 477,37 €	33 855,56 €
Outros gastos e perdas	22	-29 615,99 €	-4 382,11 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		48 420,94 €	21 355,33 €
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5 / 6 / 7	-34 935,91 €	-14 594,01 €
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		13 485,03 €	6 761,32 €
Juros e Rendimentos similares obtidos		0,00 €	0,00 €
Juros e gastos similares suportados	24	-3 202,26 €	-3 605,22 €
Resultado antes de impostos		10 282,77 €	3 156,10 €
Imposto sobre o rendimento do período		0,00 €	0,00 €
Resultado líquido do período		10 282,77 €	3 156,10 €

(1) -> O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA
Período Findo em 31 de Dezembro 2022

RÚBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</u>			
Recebimentos de clientes e utentes		0,00 €	0,00 €
Recebimentos/Pagamentos de subsídios		730 157,01 €	699 715,43 €
Recebimentos/Pagamentos de apoios		0,00 €	0,00 €
Recebimentos/Pagamentos de bolsas		0,00 €	0,00 €
Pagamentos a fornecedores		-285 025,58 €	-143 764,54 €
Pagamentos ao pessoal		-579 283,59 €	-571 362,86 €
Caixa gerada pelas operações		-134 152,16 €	-15 411,97 €
Pagamento/recebimento de imposto s/ rendimento		0,00 €	0,00 €
Outros recebimentos / pagamentos		56 649,46 €	3 699,12 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-77 502,70 €	-11 712,85 €
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</u>			
Pagamentos respeitantes a:		-27 448,26 €	-4 333,31 €
Ativos fixos tangíveis		-24 149,54 €	-1 750,03 €
Ativos intangíveis		-479,80 €	0,00 €
Investimentos financeiros		-2 818,92 €	-2 583,28 €
Outros ativos		0,00 €	0,00 €
Recebimentos provenientes de:		5 133,93 €	0,00 €
Ativos fixos tangíveis		0,00 €	0,00 €
Ativos intangíveis		0,00 €	0,00 €
Investimentos financeiros		5 133,93 €	0,00 €
Outros ativos		0,00 €	0,00 €
Subsídios ao investimento		0,00 €	0,00 €
Juros e rendimentos similares		0,00 €	0,00 €
Dividendos		0,00 €	0,00 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-22 314,33 €	-4 333,31 €
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</u>			
Recebimentos provenientes de:		202 000,00 €	215 330,37 €
Financiamentos obtidos		202 000,00 €	215 000,00 €
Realizações de fundos		0,00 €	0,00 €
Cobertura de prejuízos		0,00 €	0,00 €
Doações		0,00 €	0,00 €
Outras operações de financiamento		0,00 €	330,37 €
Pagamentos respeitantes a:		-187 495,34 €	-118 105,22 €
Financiamentos obtidos		-184 293,08 €	-114 500,00 €
Juros e gastos similares		-3 202,26 €	-3 605,22 €
Dividendos		0,00 €	0,00 €
Reduções de fundos		0,00 €	0,00 €
Outras operações de financiamento		0,00 €	0,00 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		14 504,66 €	97 225,15 €
Variação de Caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-85 312,37 €	81 178,99 €
Efeito das diferenças de câmbio		0,00 €	0,00 €
Caixa e seus equivalentes no início do período		151 365,57 €	70 186,58 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	66 053,20 €	151 365,57 €

(1) -> O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

Descrição	Notas	Fundos Patrimoniais											Interesses Minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Ações (quotas) Próprias	Outros Instrumentos de Cap. Próprio	Prêmios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras Variaç. Fundos Patrimoniais	Resultado Líquido do período			TOTAL
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N	1	568,63						-225 199,48			690 616,62	3 156,10	469 141,87		469 141,87
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Primeira adoção de novo referencial contab.															0,00
Alterações de políticas Contabilísticas															0,00
Diferenças de conversão de demonst. Financ.															0,00
Realização do Excedente de revalorização dos ativos fixos tangíveis e Intangíveis															0,00
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações															0,00
Ajustamentos por impostos diferidos															0,00
Outras alterações reconhecidas no Fundo Patrimonial															0,00
	2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3											10 282,77	10 282,77		10 282,77
															0,00
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10 282,77	10 282,77	0,00	10 282,77
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE FUNDOS NO PERÍODO															0,00
Realizações de Fundos															0,00
Realizações de prémios de emissão															0,00
Distribuições															0,00
Entradas para cobertura de perdas															0,00
Outras Operações															0,00
	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N	6=1+2+3+5	568,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-225 199,48	0,00	0,00	690 616,62	13 438,87	479 424,64	0,00	479 424,64

1 – IDENTIFICAÇÃO

1.1. *Designação*: TERRAS DENTRO ASSOCIAÇÃO P/ O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO

1.2. *Sede*: Rua do Rossio do Pinheiro, 7090-049 Alcáçovas

1.3. *Natureza da atividade*:

Associação para o desenvolvimento integrado das organizações económicas, patronais e de atividades de apoio social; reconhecida como Entidade de Utilidade Pública, entidade equiparada a IPSS, Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD), entidade equiparada a Organização Não Governamental de Ambiente (ONGA) e entidade formadora acreditada pela DGERT.

1.4. *CAE (código e designação)*:

94110 – Atividades de organizações económicas e patronais

88990 – Outras atividades de apoio social

1.5. *Número médio de empregados durante o ano*: 28 (vinte e oito)

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Direção. É opinião da Direção que as mesmas refletem de forma fidedigna as operações da Associação, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa. As demonstrações financeiras estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral e pelo Conselho Fiscal, nos termos dos estatutos da associação.

2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC) para as entidades do sector não lucrativo (ESNL), aprovado pelo Decreto-lei n.º 36-A/2011 e em consistência com o disposto nas Portarias n.º 105/2011, 14 de março e n.º 106/2011, 14 de março e no Aviso 6726-B/2011, 14 de março.

2.2. O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior.

2.3. A adoção da NCRF - ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que a data de transição do referencial contabilístico POC para este normativo é 1 de janeiro de 2012, tal como estabelecido pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de março – Normalização Contabilística para as entidades do sector não lucrativo.

Esta transição, em 2012, afetou o Balanço e as Demonstrações Financeiras pois agora apresentam apropriadamente a posição financeira e o desempenho financeiro da entidade, uma vez que exige uma representação fidedigna dos efeitos das transações, outros acontecimentos e condições de acordo com as definições e critérios de reconhecimento para ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na NCRF - ESNL.

Durante o ano de 2022 o Balanço e a Demonstração de Resultados não foram afetados pela adoção da NCRF - ESNL. Não existiram ajustamentos nos capitais próprios decorrentes da transição para o novo referencial contabilístico.

2.4. Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da entidade.

3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação, mantidos de acordo com a estrutura conceptual e as normas contabilísticas e de relato financeiro aplicáveis, com o objetivo de proporcionar aos seus utentes uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira, do desempenho (resultados) e das alterações na posição financeira da Associação (fluxos de caixa e alterações nos fundos patrimoniais).

Segue-se um conjunto de pressupostos, definições e outras informações relevantes para melhor compreensão da forma como as demonstrações financeiras foram preparadas.

3.1 – BASES PARA A APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (BADF)

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (“NCRF-ESNL”) e com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

3.1.1. - PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com a sua atividade. Da avaliação resultou que entidade continuará a operar no futuro previsível, pressupondo-se a sua continuidade.

3.1.2. – PRESSUPOSTO DO REGIME DO ACRÉSCIMO (PERIODIZAÇÃO ECONÓMICA)

Os elementos das demonstrações financeiras (ativos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos) são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

3.1.3.- CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

3.1.4. - MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações no capital próprio e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

3.1.5. – COMPENSAÇÃO

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido pela NCRF - ESNL. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram rédito, mas que são inerentes às principais atividades que o geram. Os resultados de tais transações são apresentados, quando esta apresentação reflita a substância da transação ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transação.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

3.1.6. - INFORMAÇÃO COMPARATIVA

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que a NCRF - ESNL o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

3.2. – POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da TERRAS DENTRO ASSOCIAÇÃO P/ O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o que compreende (i) o seu preço de compra, (ii) quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida; e (iii) sempre que aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado.

Após o reconhecimento inicial, os ativos fixos tangíveis continuam a ser registados pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas por imparidade acumuladas.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimados. Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

Os ativos fixos tangíveis em curso referem-se a ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pelo órgão de gestão.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. A quantia depreciável dos ativos é determinada após dedução do seu valor residual, sempre que este não é considerado imaterial.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Descrição	Vida útil estimada
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	5 - 100 anos
Equipamento básico	4 - 8 anos
Equipamento de transporte	3 - 7 anos
Equipamento administrativo	2 - 10 anos
Outros ativos fixos tangíveis	1 - 4 anos

A variação dos anos de vida útil dos edifícios e outras construções está inerente à tipologia dos bens, ou seja, dentro da rubrica edifício e outras construções estão edifícios de grande porte e alterações às construções logo a vida útil estimada tem de se diferenciar consoante os casos.

PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento são constituídas por imóveis cujos fins são a obtenção de rendas e/ou a valorização do capital investido, não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

Após o reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são registadas pelo custo menos qualquer depreciação acumulada subsequente e perdas por imparidade acumuladas subsequentes.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimados. Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas. Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registados como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

Apesar da mensuração pelo modelo do custo, procurámos apresentar a nossa estimativa quanto ao justo valor das propriedades de investimento. Porém, não foi possível estimar o justo valor com fiabilidade por motivo de não avaliação das propriedades de investimento por uma entidade especializada, ou seja, o justo valor das propriedades de investimento é determinado pela avaliação efetuada por uma entidade especializada.

As propriedades em curso para futuro uso como propriedades de investimento, até que esteja concluída a construção ou o desenvolvimento, são tratadas de acordo com o ponto 7 da NCRF-ESNL: ativos Fixos Tangíveis.

Os imóveis cujos fins são a obtenção de rendas são tratados de acordo com o ponto 7 da NCRF-ESNL: Ativos fixos Tangíveis.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas na rubrica de "Propriedades de investimento".

ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, sendo os dispêndios com atividades de pesquisa reconhecidos como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito das alterações a estas estimativas reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida não são amortizados, sendo sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, ou então sempre que haja uma indicação de que o intangível possa estar em imparidade.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros e respetivos requisitos de apresentação e divulgação é realizado de acordo com o ponto 17 da NCRF-ESNL.

Os ativos e os passivos financeiros são mensurados (i) ao custo menos perda por imparidade ou (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Ao custo menos perda por imparidade - Os ativos e passivos financeiros ao custo menos perda por imparidade incluem: clientes, outras contas a receber, fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos obtidos.

Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados - Todos os ativos e passivos financeiros não mensurados pelo custo menos perda por imparidade são mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados, na rubrica aumentos / reduções de justo valor.

Imparidade de ativos financeiros e sua reversão - Os ativos financeiros mensurados pelo custo menos perda por imparidade são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato.

Se o montante da perda por imparidade diminui e se tal diminuição estiver objetivamente relacionada com um acontecimento que deu lugar ao reconhecimento da perda, esta deve ser

revertida até ao limite do montante que estaria reconhecido caso a perda não tivesse sido inicialmente registada.

As perdas por imparidade e sua reversão são registadas em resultados na rubrica Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões) ou de outras imparidades (perdas / reversões) no período em que são determinadas.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros - São desreconhecidos ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais são retidos alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido. Os passivos financeiros são desreconhecidos apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

IMPARIDADE DE ATIVOS

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos. Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada em resultados.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence. A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados sendo efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

OUTRAS CONTAS A RECEBER

As contas a receber são mensuradas ao custo menos perda de imparidade. As perdas por imparidade verificadas são reconhecidas nos resultados.

O ajustamento para imparidade das contas a receber é estabelecido quando há evidência objetiva de que não será recebida parte ou a totalidade dos montantes em dívida, nos termos acordados. Dificuldades financeiras significativas por parte do devedor, probabilidade de o devedor se tornar insolvente ou a falha sucessiva de pagamentos por parte do devedor, são considerados indicadores de que a conta a receber está numa situação de imparidade.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa compreende o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem. Equivalentes de caixa consistem em investimentos a curto prazo (não superior a três meses), altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

A quantia reconhecida das provisões corresponde ao valor presente da melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação, considerando os riscos e incertezas associados à obrigação. O montante das provisões é revisto na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes de qualquer contrato oneroso em que a Associação é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo, são registados como provisões.

RECONHECIMENTO DE GASTOS E PERDAS E DE RENDIMENTOS E GANHOS

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transações são faturadas. São estimados os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido.

Tal como referido na Nota 3.1.2, os elementos das demonstrações financeiras (ativos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos) são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

SUBSÍDIOS

Os subsídios são reconhecidos apenas quando existe segurança razoável de que serão recebidos e que a Entidade cumprirá as condições inerentes aos mesmos.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos não correntes são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem.

Os subsídios reembolsáveis relacionados com ativos não correntes são contabilizados como passivos.

Os subsídios relacionados com rendimentos, são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados pelo período necessário para os balancear com os gastos que se destinem a compensar.

Subsídios que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Quando o subsídio consiste na transferência de um ativo não monetário (por exemplo terrenos ou outros recursos para uso da entidade), procede-se à avaliação do ativo não monetário e contabiliza-se quer o subsídio quer o ativo não monetário por esse justo valor. Caso este não possa ser determinado com fiabilidade, tanto o ativo como o subsídio são registados por uma quantia nominal.

CUSTOS COM EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto do período em que sejam incorridos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os custos de empréstimos obtidos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica como parte do custo desse ativo são também reconhecidos como um gasto do período em que sejam incorridos.

PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Os ativos contingentes são possíveis ativos provenientes de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, mas são objeto de divulgação quando é provável um influxo de contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objetos de divulgação, a menos que seja remota a possibilidade de

um exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade.

JUÍZOS DE VALOR, ESTIMATIVAS E PRESSUPOSTOS CRÍTICOS

Na preparação das demonstrações financeiras foram adotados certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções realizadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

ACONTECIMENTO SUBSEQUENTES

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos, são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos, são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente relevantes.

4 - CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

A caixa e seus equivalentes são assim decompostos:

Caixa e seus equivalentes	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	2 170,23 €	1 597,06 €
Depósitos à ordem	63 882,97 €	149 768,51 €
Outros depósitos bancários	0,00 €	0,00 €
Total	66 053,20 €	151 365,57 €

5 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

No exercício findo em 31 de dezembro o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e as respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Ativos fixos tangíveis	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Revalorizações	Transf./Abates	Saldo Final
Ativo bruto						
Terrenos e Recursos Naturais	0,00 €	0,00 €				0,00 €
Edifícios e Outras Construções	322 710,88 €	0,00 €				322 710,88 €
Equipamento Básico	150 181,72 €	10 148,50 €				160 330,22 €
Equipamento de Transporte	145 164,74 €	10 851,94 €				156 016,68 €
Equipamento Administrativo	161 228,59 €	0,00 €				161 228,59 €
Outros Ativos Fixos Tangíveis	18 287,20 €	3 149,10 €				21 436,30 €
Total (1)	797 573,13 €	24 149,54 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	821 722,67 €
Depreciações						
Terrenos e Recursos Naturais						0,00 €
Edifícios e Outras Construções	311 533,87 €	5 588,52 €				317 122,39 €
Equipamento Básico	145 183,03 €	15 109,29 €				160 292,32 €
Equipamento de Transporte	145 164,74 €	10 851,94 €				156 016,68 €
Equipamento Administrativo	160 556,06 €	359,88 €				160 915,94 €
Outros Ativos Fixos Tangíveis	16 732,34 €	2 546,48 €				19 278,82 €
Total (2)	779 170,04 €	34 456,11 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	813 626,15 €
Ativo Líquido (1 - 2)	18 403,09 €	-10 306,57 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	8 096,52 €

Houve um aumento nos ativos fixos tangíveis fruto de aquisições de equipamentos. De resto nada mais houve a assinalar que tivesse grande impacto nos ativos fixos tangíveis. As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas, na sua totalidade, na rubrica “Gastos de depreciação e de amortização” da Demonstração dos Resultados.

6 - ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

No exercício findo em 31 de dezembro o movimento ocorrido nos ativos fixos intangíveis e as respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Ativos intangíveis	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Revalorizações	Transf./Abates	Saldo Final
Ativo bruto						
Goodwill	0,00 €	0,00 €				0,00 €
Projetos de Desenvolvimento	0,00 €	0,00 €				0,00 €
Programas de Computador	533,82 €	479,80 €				1 013,62 €
Propriedade Industrial	3 248,13 €	0,00 €				3 248,13 €
Outros Ativos Intangíveis	1 345 102,77 €	0,00 €				1 345 102,77 €
Total (1)	1 348 884,72 €	479,80 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 349 364,52 €
Depreciações						
Goodwill	0,00 €	0,00 €				0,00 €
Projetos de Desenvolvimento	0,00 €	0,00 €				0,00 €
Programas de Computador	533,82 €	479,80 €				1 013,62 €
Propriedade Industrial	0,00 €	0,00 €				0,00 €
Outros Ativos Intangíveis	100 108,74 €	0,00 €				100 108,74 €
Total (2)	100 642,56 €	479,80 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	101 122,36 €
Ativo Líquido (1 - 2)	1 248 242,16 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 248 242,16 €

8 - INVENTÁRIOS

Nada a registar.

9 – CLIENTES

Em 31 de dezembro a rubrica clientes decompõe-se da seguinte forma:

Clientes	31/12/2022	31/12/2021
Clientes gerais c/c - MN	13 467,24 €	8 267,24 €
Total	13 467,24 €	8 267,24 €

10 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro a rubrica estado e outros entes públicos decompõe-se da seguinte forma:

Estados e outros entes públicos	31/12/2022	31/12/2021
Ativo		
Imposto sobre o rendimento	0,00 €	0,00 €
Retenção de imposto s/ rendim.	0,00 €	0,00 €
Imposto s/ valor acrescentado		

Restantes impostos		
Contribuições segurança social		
Tributos das autarquias locais		
Outras contribuições		
Outras tributações		
Total do ativo	0,00 €	0,00 €
Passivo		
Imposto sobre o rendimento	0,00 €	0,00 €
Retenção de imposto s/ rendim.	4 402,75 €	4 447,93 €
Imposto s/ valor acrescentado		
Restantes impostos		
Contribuições segurança social	12 227,36 €	12 684,71 €
Tributos das autarquias locais		
Outras contribuições	565,52 €	872,26 €
Outras tributações		
Total do passivo	17 195,63 €	18 004,90 €

Os impostos acima apresentados no passivo foram pagos durante o mês de janeiro de 2023.

11 - OUTRAS CONTAS A RECEBER - CORRENTES

Em 31 de dezembro a rubrica outras contas a receber decompõe-se da seguinte forma:

Outras contas a receber (Corr.)	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	0,00 €	0,00 €
Devedores acréscimo rendim.	197 649,18 €	158 540,04 €
Devedores diversos	3 966,59 €	2 579,38 €
Total	201 615,77 €	161 119,42 €

Os valores apresentados dizem respeito aos projetos contratualizados e a valores ainda por receber de anos anteriores.

12 - DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro a rubrica diferimentos decompõe-se da seguinte forma:

PASSIVO

Deferimentos - Passivo	31/12/2022	31/12/2021
Rendimentos a reconhecer	128 802,16 €	193 017,07 €
Total	128 802,16 €	193 017,07 €

13 - FUNDOS PATRIMONIAIS

Os movimentos relevantes registados na rubrica de Capitais, são os seguintes:

Fundo Patrimonial	31/12/2021	Aplicação do Resultado Líquido (N-1)	Reconhecim. prov. associad. subsíd. para investimentos	Regularizações / Reclassificações	31/12/2022
Fundos	568,63 €				568,63 €
Excedentes técnicos					0,00 €
Reservas					0,00 €
Resultados transitados	-225 199,48 €	3 156,10 €			-222 043,38 €
Excedentes de revalorização					0,00 €
Outras variaç. fundos patrimôn.	690 616,62 €				690 616,62 €
Resultado líquido do período	3 156,10 €	-3 156,10 €			10 282,77 €
Total	469 141,87 €	3 156,10 €	0,00 €	0,00 €	479 424,64 €

14 - FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro a rubrica financiamentos obtidos decompõe-se da seguinte forma:

Financiamentos obtidos	31/12/2022		31/12/2021	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimos bancários	153 206,92 €		135 500,00 €	
Descobertos bancários	0,00 €		0,00 €	
Locações financeiras				
Outros financiadores		48 956,96 €		48 956,96 €
Total	153 206,92 €	48 956,96 €	135 500,00 €	48 956,96 €

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos.

Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes e não correntes consoante a sua duração seja ou não superior a 12 meses.

15 - FORNECEDORES

Em 31 de dezembro a rubrica de fornecedores (principais) decompõe-se da seguinte forma:

Fornecedores	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores gerais c/c - MN	3 466,10 €	7 955,75 €
Total	3 466,10 €	7 955,75 €

16 - OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro a rubrica outras contas a pagar decompõe-se da seguinte forma:

NÃO CORRENTES

Outras contas a pagar (Não Corr.)	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal		
Fornecedores de investimentos		
Credores acréscimos gastos		
Adiantamentos conta de vendas		
Credores diversos	739 753,43 €	750 466,89 €
Perdas por imparidades		
Total	739 753,43 €	750 466,89 €

17 - VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Nada a registar.

18 – SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO

Em 31 de dezembro a rubrica de subsídios, doações e legados à exploração decompõe-se da seguinte forma:

Subsíd. Doações e legad. à Explor.	2022	2021
Subs. Estado e Outros Entes Públicos	830 534,28 €	703 398,59 €
Programa Escolhas	106 377,49 €	80 129,22 €
PDR2020	106 463,52 €	97 819,12 €
Alentejo 2020	0,00 €	54 713,69 €
FAPE	0,00 €	14 680,36 €
VALOR	97 885,75 €	70 692,72 €
Bairros Saudáveis	41 386,70 €	4 372,84 €
Montado	22 639,37 €	1 995,29 €
Incluído	24 528,22 €	4 251,32 €
Fora D'Horas	4 137,12 €	564,44 €
Mediadores Municipais	13 541,43 €	1 478,49 €
CLDS (4G)	411 060,68 €	361 382,86 €
IEFP	2 514,00 €	9 918,24 €
Autarquias	0,00 €	1 400,00 €
Subsídios de outras entidades	0,00 €	5 001,80 €
Empresas	0,00 €	5 001,80 €
Doações e Heranças	2 946,78 €	2 526,26 €
Donativos	2 946,78 €	2 526,26 €
Total	833 481,06 €	710 926,65 €

19 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Os fornecimentos e serviços externos referentes ao corrente ano são assim decompostos:

FSE-Fornecim. serviços externos	2022	2021
---------------------------------	------	------

Subcontratos	233,70 €	0,00 €
Serviços especializados:	194 238,19 €	114 182,03 €
Trabalhos especializados	166 131,49 €	77 817,78 €
Publicidade e propaganda	1 937,08 €	466,79 €
Vigilância e segurança	521,73 €	485,59 €
Honorários	0,00 €	8 898,70 €
Conservação e reparação	13 743,66 €	4 344,70 €
Serviços bancários	1 729,10 €	1 454,91 €
Outros	10 175,13 €	20 713,56 €
Material:	16 128,35 €	12 840,15 €
Ferramentas e utensílios	4 117,03 €	1 183,00 €
Livros e documentação técnica	909,96 €	0,00 €
Material de Escritório	2 145,86 €	4 451,06 €
Artigos para oferta	0,00 €	0,00 €
Outros	8 955,50 €	7 206,09 €
Energia e fluidos:	10 916,94 €	6 648,33 €
Eletricidade	4 429,63 €	4 377,35 €
Combustíveis	6 367,49 €	2 215,68 €
Água	119,82 €	55,30 €
Outros	0,00 €	0,00 €
Deslocações, estadas e transportes:	23 417,93 €	1 556,21 €
Deslocações e estadas	23 417,93 €	1 548,43 €
Transportes de pessoal	0,00 €	7,78 €
Outros	0,00 €	0,00 €
Serviços diversos:	35 080,89 €	12 956,05 €
Rendas e alugueres	7 108,41 €	4 234,52 €
Comunicação	3 451,72 €	3 648,16 €
Seguros	1 297,55 €	2 692,20 €
Contencioso e notariado	5,00 €	0,00 €
Despesas de representação	0,00 €	0,00 €
Limpeza, higiene e conforto	3 433,46 €	2 103,36 €
Outros	19 784,75 €	277,81 €
Total	280 016,00 €	148 182,77 €

Estas são as principais rubricas que mantêm a atividade da Associação a funcionar, ou seja, estes são os gastos funcionais correntes. Verificou-se um aumento dos gastos em todas as rubricas em comparação com o que se haviam registado no ano anterior.

20 - GASTOS COM O PESSOAL

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro foram reconhecidos os seguintes montantes em resultados, na rubrica gastos com o pessoal:

Gastos com o pessoal	2022	2021
Remunerações certas	436 592,45 €	436 430,57 €
Remunerações adicionais	35 524,46 €	28 000,42 €
Indemnizações	1 755,00 €	0,00 €
Encargos s/ Remunerações	99 493,07 €	97 579,52 €

Seguros	3 969,37 €	6 366,33 €
Outros	228,86 €	1 236,78 €
Higiene, Saúde e Medic. trabalho	1 342,29 €	1 248,38 €
Total	578 905,50 €	570 862,00 €

O número médio de pessoas que colaboraram com a Associação no decurso do exercício findo em 31 de dezembro foi de 28 (vinte e oito) funcionários.

Os órgãos diretivos da Associação não auferem remuneração.

21 - OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Em 31 de dezembro a rubrica outros rendimentos e ganhos decompõe-se da seguinte forma:

Outros rendimentos e ganhos	2022	2021
Rendimentos suplementares	0,00 €	0,00 €
Outros rendimentos:		
Parcerias	103 207,02 €	18 309,90 €
Donativos	0,00 €	0,00 €
Correç.relat.períodos anterior.	0,00 €	15 204,24 €
Outros	270,35 €	341,42 €
Total	103 477,37 €	33 855,56 €

22 – OUTROS GASTOS E PERDAS

Em 31 de dezembro a rubrica outros gastos e perdas decompõe-se da seguinte forma:

Outros gastos e perdas	2022	2021
Impostos	0,00 €	0,00 €
Descontos pronto pag. concedid.	0,00 €	0,00 €
Outros gastos:		
Correç.relat.períodos anterior.	850,00 €	2 006,66 €
Donativos	0,00 €	0,00 €
Quotizações	3 075,00 €	2 375,00 €
Outros	25 690,99 €	0,45 €
Total	29 615,99 €	4 382,11 €

23 – INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro a rubrica dos investimentos financeiros decompõe-se da seguinte forma:

Investimentos financeiros	31/12/2022	31/12/2021
Participação no capital:	26 311,75 €	26 311,75 €
Aqueimtejo, Lda.	20 899,63 €	20 899,63 €
Ideia Alentejo	498,80 €	498,80 €
Adral	3 491,59 €	3 491,59 €

Cortflax	1 215,00 €	1 215,00 €
Assoc. Nac. Direito Crédito	49,88 €	49,88 €
Association Mediterran.	82,03 €	82,03 €
Outras empresas	74,82 €	74,82 €
Outros investimentos:	7 019,20 €	9 334,21 €
Fundo Compensação Trabalho	7 019,20 €	9 334,21 €
Total	33 330,95 €	35 645,96 €

24 – GASTOS DE FINANCIAMENTO

Em 31 de dezembro a rubrica dos gastos de financiamento decompõe-se da seguinte forma:

Gastos de financiamento	2022	2021
Juros suportados:		
De empréstimos bancários	2 217,33 €	2 056,98 €
Outros	984,93 €	1 548,24 €
Total	3 202,26 €	3 605,22 €

Os juros e gastos similares suportados incluem juros de empréstimos bancários.

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos e compreendem juros, impostos e outras despesas conexas.

25 - DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Os principais diplomas legais sobre o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL) são dos seguintes:

Diploma legal	
Decreto-Lei 36-A/2011 (RNC), 9 de março	Aprova os regimes da normalização contabilística para as ESNL
Aviso 6726-B/2011, 14 de março	Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) para as ESNL
Portaria 105/2011, 14 de março	Modelos de demonstrações financeiras aplicáveis às ESNL
Portaria 106/2011, 14 de março	Código de Contas específico para as ESNL

26 – RESPONSABILIDADES E CONTINGÊNCIAS

Nada a registar.

Contabilista Certificado nº 15443

A Direção
